

REQUERIMENTO

“Recentemente, através de órgãos de comunicação social, surgiram notícias sobre a **morte de um turista por camarão contaminado**, onde parecem haver contradições ou, pelo menos, explicações pouco convincentes por parte das autoridades envolvidas em razão de matéria.

A defesa da saúde pública exige de todos o cumprimento rigoroso da lei e, antes de mais, apela às autoridades competência e eficácia na sua acção.

Os serviços de inspecção sanitária e das actividades económicas têm naquele domínio um papel relevante, cabendo-lhes não só os aspectos meramente punitivos, mas a prevenção, já que, por vezes, pode estar em jogo a vida humana.

A própria Comissão Europeia, através dos *Serviços de Segurança Alimentar da Direcção Geral de Saúde e Protecção do Consumidor*, tem um **sistema de alerta rápido** que distribui regularmente informação aos vários Estados-membros da UE, sobre os riscos físicos e químicos de bens e produtos alimentares.

Também, a Direcção Geral de Controlo da Qualidade Alimentar, como entidade nacional, difunde, por vários departamentos, aquele "**alerta rápido para alimentos**" onde realça os perigos ou os produtos que possam conter elementos prejudiciais para a saúde pública.

Assim, ao abrigo do disposto no Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Grupo Parlamentar do PSD requer ao Governo as seguintes informações:

1 - De Janeiro de 2001 até 24 de Agosto (data da morte a que alude a notícia), houve ou não algum *alerta rápido* da Direcção Geral de Controlo



de Qualidade Alimentar, chamando a atenção para eventuais perigos do camarão da Malásia? E, em caso afirmativo, quais as datas e as respectivas entidades regionais notificadas?

2 - Nessa sequência, que diligências efectuaram os serviços regionais competentes em matéria de inspecção nas áreas de saúde pública, higiene pública veterinária ou das actividades económicas, identificando-as pelas datas, pelos resultados das análises laboratoriais que, eventualmente, foram mandadas fazer ou pelos outros procedimentos administrativos ou sancionatórios que tenham sido adoptados?

Ponta Delgada, 28 de Setembro de 2001

Os Deputados, Humberto Melo, José Manuel Bolieiro e Luís Sequeira de Medeiros”.